

GT69: Regimes de alteridade e construção de antropologias nacionais: Um exercício de antropologia histórica

João Pacheco de Oliveira, Stephen G. Baines

Este GT propõe como tema o encontro entre duas áreas de investigação que tem operado de forma independente. O estudo das identidades tem sido em geral associado à modos de dominação, processos econômicos e políticos, formas religiosas e mágicas com seus reflexos em ontologias próprias. Por sua vez a construção de antropologias é narrada usualmente como um capítulo da história das ciências, algo universal que se desloca no tempo e no espaço somente com alterações exteriores. Enquanto o primeiro parece assentado na escala nacional, a segunda é claramente transnacional. Se focalizarmos tais assuntos em sua íntima interrelação, iremos descobrir novos sentidos e potentes dinamismos. Os regimes de alteridade são produtos de um saber erudito, embasados em teorias científicas e representações artísticas, as quais legitimam igualmente as políticas públicas setoriais. A antropologia, pelos temas que trata, tem raízes e aplicabilidade social maior que outras disciplinas, sendo analiticamente instigante concebê-la não apenas como produto final (tese/livro), mas como resultado de múltiplas constrições que regulam a possibilidade das pesquisas, determinam a estrutura da situação etnográfica e controlam a circulação e uso dos seus produtos. Ao invés da normatividade de paradigmas científicos, ela se desvendará como artefato social e histórico permeado por regimes de alteridade. Explorar em termos etnográficos a interrelação entre estas duas áreas de pesquisa é o objetivo deste GT.

E seremos nós que falaremos sobre nós? Antropologias indígenas: de "objetos de estudo" à antropólogos profissionais - miragens encantadas nas encruzilhadas de um debate político-epistêmico ainda pendente.

Autoria: Awamirim Tupinambá, Kowawa Kapukaja Apurinã

Esse trabalho procura desvelar as encruzilhadas de tensões e disputas no campo político-epistêmico a partir de miragens encantadas, reflexões, contradições e desafios que se apresentam para a reprodução do campo disciplinar e profissional da antropologia feita no Brasil, sobretudo com a visibilidade da chegada dos indígenas antropólog@s nesse campo, e principalmente a partir da problematização histórica e de incursões genealógicas sobre os processos e condições concretas que construíram, marcaram e rasuraram colonialmente as sociedades indígenas e seus saberes e práticas (racismo epistêmico) muito antes de sua idealização/normalização como "objeto de estudo" na constituição do campo disciplinar da antropologia feita no Brasil. "Negros da terra" como indígenas escravizados, "Índios-línguas" como tradutores, mateiros, guias, remadores, mão-de-obra servil pelo sistema de aviamento do barracão, "informantes" dos primeiros etnógrafos e viajantes no século XIX e na segunda metade do século XX, inúmeros foram as formas de extrativismo e escravismo epistêmicos (os indígenas Tomacaúna Tupinambá, Kuêk Botocudo, Irimã Apurinã, dentre outrxs, são alguns casos exemplares retirados da história para análise nesse trabalho. Nossa chave de leitura parte da escravidão indígena para chegar ao regime do "escravismo epistêmico" ancorado nos imaginários discursivos que vai do índio como selvagem, bárbaro, gentio, chegando as formas atualizadas do índio exótico, ecológico, puro e purificado que além de negar a agência política e histórica das sociedades indígenas, seguem reforçando o estereótipo da metafísica do selvagem e da existência de sociedades incomensuráveis, portanto passíveis da tutela política-epistêmica. Buscamos assim tencionar o lugar colonial dos povos indígenas como "objetos de estudo", apontando possíveis caminhos político-epistêmicos para múltiplas formas de fazer antropologia ("etnografias encantadas"/"pajelanças críticas") a partir de outros referenciais epistêmicos, teóricos, éticos, linguísticos, filosóficos e intelectuais indígenas, ancorados em

contextos sociopolíticos e experiências históricas específicos, e de documentos-manifestos dos encontros entre antropólogos e indígenas ocorridos em Barbados, no Caribe na década de 1970 na "Primeira Declaração de Barbados: pela libertação do indígena", em 1971, e a "Segunda Declaração de Barbados", em 1977, elaborada exclusivamente pelos indígenas presentes naquele encontro, e insistir na necessidade de ruptura com o racismo epistêmico e com a tutela político-epistêmica, buscando afinal uma crítica indígena (Apurinã e Tupinambá) dos colonialismos encobertos ainda persistentes nas antropologias hegemônicas feitas no Brasil e que segue informando a institucionalidade científica.

[Trabalho completo](#)

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

